

CISGENERIDADE E TRANSGENERIDADE EM DISCURSOS: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA DOS APAGAMENTOS E DAS RESISTÊNCIAS NO CENTRO DE ENSINO PAULO VI EM SÃO LUÍS, MARANHÃO

Nilvanete Gomes de Lima¹, Annie France dos Santos da Silva²

RESUMO

Analizamos as interdições discursivas, os apagamentos e as resistências das categorias cisgeneridade e transgeneridade, a partir da Análise de Discurso de Michel Foucault. Ao abordarmos as possíveis discussões acerca da transexualidade no ambiente escolar, problematizamos tanto a cisgeneridade quanto a transgeneridade como essências ou identidades ontológicas. A partir da ideia de que a escola deve ser um ambiente de empatia e alteridade, foram aplicados questionários, previamente construídos, com uma série de perguntas relacionadas ao entendimento da comunidade escolar acerca da transexualidade, contendo perguntas abertas e fechadas com os professores(as), administrativos(as), terceirizados(as) e alunos(as) do Centro de Ensino Paulo VI, do turno noturno, a fim de compreender qual discurso predomina nesse ambiente. As respostas aos questionários foram analisadas a partir das noções de interdição, separação e rejeição e vontade de verdade, procedimentos exercidos no exterior do discurso, além de outros localizados internamente que têm como função principal o controle do que se diz. Nos discursos destaca-se a força do padrão heteronormativo na escola e a tentativa de apagamento das sexualidades dissidentes dos profissionais da educação que tendem a invisibilizar diferenças, dificultando a promoção da inclusão e do respeito às diversidades.

Palavras-chave: Análise de Discurso foucaultiana, Cisgeneridade, Educação, Transgeneridade.

CISGENERITY AND TRANSGENERITY IN SPEECHES: A FOUCAULTIAN ANALYSIS OF ERASE AND RESISTANCE AT THE PAULO VI EDUCATION CENTER IN SÃO LUÍS, MARANHÃO

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professora de Sociologia da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Maranhão – IFMA, Campus Santa Inês. E-mail: nilvanete.lima@ifma.edu.br

² Graduada em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: annief_santos@hotmail.com

ABSTRACT

We analyze the discursive interdictions, the deletions and the resistances of the cisgender and transgender categories, based on Michel Foucault's Discourse Analysis. When approaching the possible discussions about transsexuality in the school environment, we problematize both cisgender and transgender as ontological essences or identities. Based on the idea that the school should be an environment of empathy and otherness, previously constructed questionnaires were applied, with a series of questions related to the understanding of the school community about transsexuality, containing open and closed questions with teachers, administrative, outsourced professional and students from the Centro de Ensino Paulo VI, on the night shift, in order to understand which discourse predominates in this environment. The responses to the questionnaires were analyzed based on the notions of interdiction, separation and rejection, and the will to truth, procedures carried out outside the discourse, in addition to others located internally whose main function is to control what is said. In the speeches, the strength of the heteronormative pattern at school and the attempt to erase the dissident sexualities of education professionals stand out, which tend to make differences invisible, making it difficult to promote inclusion and respect for diversities.

Keywords: Foucauldian Discourse Analysis, Cisgenderness, Education, Transgender.

INTRODUÇÃO

Em *A ordem do discurso*, aula inaugural proferida no Collège de France, em 02 de dezembro de 1970, Michel Foucault se perguntava o que havia “[...] de tão perigoso no fato das pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal, está o perigo?” (2007, p. 8). É em busca do “perigo” que nos aventuramos agora. Inicialmente, os dados levantados entre maio e junho de 2019, no turno noturno, do Centro de Ensino Paulo VI, em São Luís, Maranhão, foram utilizados para construir a monografia de conclusão de curso, de uma das autoras, intitulada *“O que foi escrito, falado e cifrado?”: discursos sobre a transexualidade em uma comunidade escolar de Ensino Médio*. Naquele momento, o foco recaiu sobre o que se dizia acerca da transexualidade. Passados mais de dois anos, ao retomarmos esse trabalho um questionamento nos vem: como discutir a transexualidade sem

problematizar a cisgeneridade? O silêncio ou o desconhecimento dos termos *cis/cisgeneridade/cisgênero* tem algo a nos dizer?

As normas regulatórias agem sobre todos os corpos, fabricando-os. Nesse processo, Foucault (2013, p. 132) identificou que “[...] o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limites, proibições ou obrigações”. Portanto, durante o adestramento dos corpos, se produz, discursivamente não só o que é considerado “normal”, mas também o que se identifica como “anormal” a partir de padrões estéticos e de comportamentos.

Nesse processo de construção a transexualidade não deve ser pensada como essência, um evento a-histórico. Há um contexto em que ela surge, se transforma em um dispositivo e, enquanto tal, encontra resistências. Se se fizer uma genealogia da transexualidade, nos moldes foucaultianos, se perceberá que, a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente na década de 1950, sendo intensificado nas décadas de 1960 e 1970, o “fenômeno transexual” (Berenice BENTO³, 2012) foi emergindo e ganhando visibilidade como “disforia de gênero” ou “transtorno de identidade”, trazendo a transexualidade para o terreno das patologias e produzindo uma universalização desse fenômeno⁴.

Entendemos esse processo como o de produção de um *dispositivo de transexualidade*. O termo *dispositivo histórico de poder* é foucaultiano. Segundo ele, o dispositivo de sexualidade é constituído por “[...] estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. (FOUCAULT, 2014a, p. 367). Portanto, assim como houve a produção histórica de um dispositivo de sexualidade, ocorreu também a da transexualidade. Essa constatação é importante

³Sempre que citarmos pela primeira vez a autoria de um texto, utilizaremos prenome e sobrenome, na tentativa de fugir à generificação masculinista normalizada pela Norma Brasileira número 10520/2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mesmo que estejamos utilizando a primeira menção no sistema de chamada. Optamos por isso, sobretudo, como forma de chamar atenção para a produção acadêmica realizada por mulheres.

⁴Interessante observar que em 1973 a Associação Americana de Psicologia (APA) abole o diagnóstico da homossexualidade como um transtorno e, em 1987, deixa de considerar a categoria “homossexualidade ego-distônica”.

para que se possa perceber que há, dentro dele, lutas e resistências por sua despatologização, ao mesmo tempo em que outros grupos lutam pela manutenção do diagnóstico por facilitar um percurso médico viável e gratuito para a transformação corporal⁵. Alguns combates já têm alcançado resultados: quase vinte e oito anos depois que a homossexualidade deixou de figurar como patologia, a transexualidade também não aparece mais na lista de doenças mentais na Classificação Internacional de Doenças (CID 11), divulgada no dia 18 de junho de 2018. Diante dessas disputas, percebemos que a transexualidade não é um dado natural, mas uma invenção, bem como a heterossexualidade, que, enquanto tal, também possui subversões normativas que compõem o dispositivo⁶.

Se a emergência desse dispositivo permitiu a nomeação e a visibilidade da transexualidade, como se chega à cisgeneridade? Viviane Vergueiro (2015), transmulher que escreveu uma belíssima dissertação de mestrado intitulada *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica das cisgeneridade como normatividade*, citando Serano (2007) em tradução livre, afirma que: “[o] primeiro passo que devemos dar em direção ao desmantelamento do privilégio cissexual é eliminar de nossos vocabulários aquelas palavras e conceitos que promovem a ideia de que os gêneros [de pessoas] cissexuais são inerentemente mais autênticos que os [de pessoas] transexuais” (*apud* VERGUEIRO, 2015, p. 47). Dessa forma, continua: “o conceito de cisgeneridade, em si, é parte deste exercício, no sentido de problematizar as hierarquias de autenticidade e inteligibilidade entre corpos e identidades de gênero, através de uma proposição conceitual” (VERGUEIRO, 2015, p. 47).

Assim, deixamos que as indagações de Foucault, ao buscar a compreensão das formas através das quais os poderes se ligam aos discursos, produzindo verdades e resistências, fossem nosso fio condutor para problematizarmos a noção de

⁵Sobre essa discussão sugerimos a leitura do texto *Desdiagnosticando o gênero* de Judith Butler (2009).

⁶Sobre a genealogia da transexualidade e a constituição de um dispositivo há algumas leituras imprescindíveis, tais como o artigo *A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiência trans*, de Maria de Fátima Lima Santos (2011) e as obras de Berenice Bento, *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2006) e *O que é transexualidade* (2012).

transexualidade, já que o oposto ao trans não foi inicialmente nomeado, parecia ser algo “natural”. Ao pensarmos na historicidade dos dois termos dicotômicos é interessante notarmos que trans passa a existir discursivamente na década de 1920, enquanto cis, somente começa a ser utilizado em meados de 1990. Setenta anos separam um termo do outro. É preciso considerar que o subalterno nomeou seu superior (Gayatri Chakravorty SPIVAK, 2010). Em outras palavras, demonstrando a sabedoria da afirmativa de Judith Butler (2014) de que aquilo que aparentemente está fora (o “abjeto”, em nossa discussão, o trans), e atua na reprodução das normas de gênero ao produzir dentre outras coisas a vergonha, produz também o que está dentro: o “objeto”. Dessa forma, o “abjeto” nomeou o “objeto”. Performativamente o “abjeto” fala⁷, chamando atenção para a sua não anormalidade, produzindo o cis como categoria política, instável e não ligada à natureza.

Nossa intenção com tais questionamentos não é reiterar a dicotomia entre cis e trans, mas refletir sobre o caráter ilusório de naturalidade da categoria cis, tão pouco discutida. A partir de Jacques Derrida podemos afirmar que cis e trans se suplementam, não há, portanto, trans sem cis, cis sem trans, mais que isso, já que o suplemento é quem sustenta “[...] o meio entre a ausência e a presença totais” (DERRIDA, 1973, p. 193), nem cis, nem trans existem, pelo menos do ponto de vista teórico. Entretanto, é interessante observarmos que houve uma nomeação que veio do “eu” para o “outro”, no caso da transgeneridade, do “normal” para o “anormal”, do “objeto” para o “abjeto”. Mas, no mundo das dicotomias, não se pensou em seu oposto, pois ele parecia estar lá o tempo todo. Esse é um dos perigos de nomear, pois ao apontarmos posições produzimos aquilo que dizemos⁸.

⁷ Aqui dialogamos com a obra de Gayatri Chakravorty Spivak, cujo título é: *Pode o subalterno falar?* (2010).

⁸ Enquanto escrevíamos este artigo, Richard Miskolci, afirmou em entrevista ao Extra Classe, concedida a Marcelo Menna Barreto (2021), que “[...] noções de cis/cisnormatividade não têm bases epistemológicas, tampouco empíricas”. Tal afirmativa demonstra que, longe de ser um consenso, a produção discursiva do cis, produz disputas, provoca inquietações.

É sobre essa produção discursiva, encarnada em um estudo de caso, que analisaremos, a partir dos estudos foucaultianos e pós-estruturalistas ou *queer*⁹, as interdições discursivas, o apagamento e as resistências do cis e do trans no espaço escolar.

DO SEXO/GÊNERO COMO ALGO NATURAL À SUA CONCEPÇÃO DISCURSIVA E PERFORMÁTICA

Pensar a sexualidade como algo construído socialmente e não como um fato biológico é relativamente recente, mais novo ainda é concebê-la como discurso e como performatização.

Foucault, na *História da Sexualidade: a vontade de saber* revoluciona a problematizar a história, os estudos de gênero e as relações de poder. Em sua trajetória intelectual opta por estudar temas marginais, tanto para a Filosofia quanto para a Sociologia. Dessa forma, estuda a loucura na *História da loucura*, a delinquência e as formas de puni-la em *Vigiar e punir* e as sexualidades periféricas na *História da Sexualidade*. Segundo Sáes (2004, p. 67, tradução livre), o trabalho genealógico de Foucault está concentrado em três grandes áreas, quais sejam:

- a dimensão *do saber*: conhecer nossa relação com a verdade, como nós nos constituímos como sujeitos de conhecimento;
- a dimensão *do poder*: conhecer historicamente como nos constituímos em sujeitos que atuam sobre os demais;
- a dimensão *da ética*: como nos constituímos em agentes morais.

⁹Pedimos licença para utilizarmos esse vocábulo sem o uso do itálico, por entendermos que, apesar dela não ser uma palavra nativa, tem sido amplamente utilizada no meio acadêmico e fora dele. Fábio Souza e Fernando José Benetti (2015) ao historiografarem os estudos queer aqui no Brasil, indicaram o surgimento da Revista de Estudos Feministas (1992) e os Cadernos Pagu (1993) como importantes veículos de disseminação dos estudos feministas e do crescente interesse nas reflexões de Butler, a partir de 1995. Assim é que, na década de 1990 no Brasil já podemos encontrar estudiosos que utilizavam pressupostos queer em seus trabalhos, tais como: Tânia Navarro Swain, Mario César Lugarinho, Denilson Lopes – que se afasta destes estudos a partir de 2004 –, Guacira Louro e Tomaz Tadeu da Silva.

O estudo desses campos terá grande influência na constituição da perspectiva queer, uma vez que são os próprios sistemas de conhecimento que serão analisados em seus efeitos de produção e de poder. Nesse contexto, Foucault analisa o homossexual como um produto de uma série de discursos. Além disso, problematiza a hipótese repressiva e afirma que o sexo não é algo proibido ou reprimido, mas que se incita a falar, um terreno feito de discursos, escritas, investigações, testemunhos, conhecimento, enfim. A sexualidade, como já nos referimos, é um dispositivo histórico de poder, que marca sociedades ocidentais e modernas e se caracteriza pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social (FOUCAULT, 2014b).

Em sua visão, na medida da existência desse dispositivo, uma rede de saberes se põe em circulação desde o século XVII até os dias atuais ao redor do sexo, promovendo discursos diversos vinculados sempre à sexualidade. Pouco a pouco o sexo converte-se no centro de nossas vidas e o critério fundamental para estabelecer nossas próprias identidades como sujeit@s¹⁰. Por óbvio, este dispositivo de sexualidade teve efeitos transcendentais na redefinição das práticas homossexuais.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 2014b, p. 48).

¹⁰ Em nossa constante luta por não cometer um apagamento linguístico dos diversos gêneros e das diversas sexualidades, escolhemos utilizar uma linguagem não-binária a partir do símbolo “@” – fugindo à norma padrão, que coloca o uso do masculino como um gênero marcado, admitindo seres de ambos os sexos em uma generificação masculinista – para designar um gênero neutro, aparentemente sem marcações e sem hierarquias. Há outras possibilidades, as mais conhecidas além do @, são o “x” e o “e” como substitutos do “a” e do “o” em palavras com gêneros masculino e feminino. Nossa opção está baseada na percepção do @ como uma grafia que desvela ao mesmo tempo e em um mesmo nível o “a” e o “o”. Nesse sentido, parece-nos coerente, a partir de uma perspectiva derridiana da desconstrução (DERRIDA, 1973) que questiona as binaridades, acionar essa aglutinação do “a” e do “o” em um único símbolo.

Nesse processo de “desnaturalização” do sexo, do qual Foucault é um marco, também localizamos autoras como Tereza de Lauretis e Butler.

Criticando a derivação do conceito de gênero, do de diferença sexual e de sua redução aos quadros de uma crítica do patriarcado, Lauretis (1994) propõe pensar o gênero como aquilo que constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas, ou seja, o gênero é a representação de uma relação social, de pertencimento a uma classe, grupo ou categoria. Assim, o sujeito é constituído no gênero, por meio de códigos linguísticos e representações culturais. O trabalho dos sistemas de representação ou simbólicos operam discursivamente, no sentido de produzir as diferenças que, não podendo ser percebidas a princípio, são naturalizadas *a posteriori*.

Lauretis (1994) afirma que cada cultura possui um sistema de gênero: sistema simbólico que categoriza o masculino e o feminino, construindo o sexo de acordo com valores e hierarquias sociais. O sexo não pode ser entendido como uma condição natural, mas como a representação construída com base em uma estrutura conceitual que opõe de modo rígido essa dicotomia entre os sexos ditos biológicos.

A função do gênero seria, portanto, a de constituir “indivíduos concretos” em homens e mulheres, a partir do sistema de gênero em vigor, como prefere chamá-lo a autora, a qual aponta que, nesse sentido, uma teoria também pode funcionar como uma tecnologia de gênero. (LAURETIS, 1994).

Na mesma direção, Butler (2014, p. 40-42) critica o que chama de a “ordem compulsória do sexo/gênero/desejo”, na qual o sexo seria fixo porque biológico e o gênero variável e culturalmente inscrito. Em suas críticas à heteronormatividade, por exemplo, faz referência a diversas expressões para se referir a essas matrizes teóricas e políticas masculinistas e de aspiração universalizante: “economia significante masculina” (proposta por Luce Irigaray), “falo-logo-centrismo” (proposto por Jacques Derrida), “sistema de heterossexualidade compulsória” (a partir de Monique Wittig) e “metafísica da substância” (associada a Friedrich Nietzsche). Mais ainda, afirma que:

[...] Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. **Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de 'homens' se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo 'mulheres' interprete somente corpos femininos.** [...]. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. **Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.** (BUTLER, 2014, p. 24-5, grifos da autora em itálico, grifos nossos em negrito).

Percebe-se, assim, que o gênero é pensado como um aparato cultural/discursivo de construção de representações e de estabelecimento dos próprios sexos, nos limites de uma experiência *discursivamente* constituída.

Butler, depois da publicação de *Problemas de gênero*, ficou reconhecida como uma teórica feminista que, não só questionou o sujeito universal do feminismo, como criticou o uso político da noção de identidade. Ao problematizar as relações entre sexo, identidade e política, ela observa a relação direta que se estabelecia entre gênero e produção de identidade e afirma que no interior da experiência sexual não há uma submissão absoluta às normas e às identidades.

[...] Se o gênero é construído através de relações de poder e, especificamente, restrições a regulamentos que não apenas produzem, mas também regulam vários seres corpóreos, como poderia a instância ser derivada desta noção de gênero, entendida como o efeito da restrição produtiva? **Se gênero não é um artifício que pode ser adotado ou rejeitado à vontade e, portanto, não é um efeito da escolha, como poderíamos entender a condição constitutiva e compulsiva de normas de gênero sem cair na armadilha do determinismo cultural? Como poderíamos entender com precisão a repetição ritualizada através da qual essas regras produzem e estabilizam não só os efeitos de gênero, mas também a materialidade de sexo? E essa repetição, essa rearticulação, também pode constituir uma oportunidade para retrabalhar criticamente as normas aparentemente constitutivas do gênero? Afirmar que a materialidade do sexo é construída através da repetição ritualizada de normas dificilmente é uma declaração auto-evidente.** (BUTLER, 2002, p. 12-3, grifos nossos, tradução livre).

A identidade não decorre, portanto, de características internas da pessoa, mas se forja a partir de práticas reguladoras de formação e divisão dos gêneros. Há, por um lado, um ideal normativo a ser incorporado e, por outro, um processo de normalização social dos sujeitos através do qual o sexo, o gênero e a sexualidade vão ganhando coerência e estabilidade.

Dessa forma, os estudos queer tomam a sexualidade como um dispositivo histórico de poder. É exatamente neste ponto que os estudos queer vão questionar qualquer forma essencialista de identidade. Assim: “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2014, p. 48). As noções de gay, lésbica, mulher, homem, heterossexual, homossexual, transexual serão tomadas como categorias que apenas reafirmam os padrões hegemônicos da heteronormatividade, e que, portanto, precisam ser questionadas. De maneira geral, somente nos trabalhos já produzidos no século XXI é que esses termos aparecem, talvez refletindo tanto a utilização política dessas designações na luta pela despatologização e descriminalização dess@s sujeit@s sociais, quanto a importância crescente, a partir da década de 1980, da consolidação dos estudos queer.

Nesta perspectiva, Butler concebe que as identidades podem ser frutos de coalizões abertas, “[...] identidades alternativas instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso” (BUTLER, 2014, p. 37).

Para Butler (2000, p. 120) a performatividade “[...] não é, assim, um ‘ato’ singular, pois ela é sempre uma reiteração de norma ou conjunto de normas”. Nesse sentido é o processo pelo qual sentidos vão sendo construídos, mas também deslocados, e o próprio corpo vai adquirindo seus contornos, fronteiras e feições, implicando a participação do sujeito em seu processo de normalização. Como assinala Butler, a partir da leitura de Derrida, expressões como “é um menino!” ou “é uma menina!” são precisamente atos performativos, que levam à compreensão de que enunciados descritivos de gênero não existem. “Longe de ser uma piada essencialista, a apropriação *queer* da paródia performativa expõe tanto o poder de

ligação da lei heterossexualizante como *a possibilidade de expropriá-la*". (BUTLER, 2002, p. 325, grifos da autora, tradução livre).

Segundo Derrida (1988, p. 13, tradução livre), "[...] o performativo não tem seu referente [...] fora de si ou, em todo caso, antes e perante si. Não descreve algo que existe fora da linguagem e antes dela. Produz ou transforma uma situação [...]". É a partir dessa ideia que Butler chama atenção para o caráter performativo do gênero, demonstrando ao final de *Problemas de gênero* que:

O sexo, já não mais visto como uma 'verdade' interior das predisposições e da identidade, é uma significação *performativamente* ordenada (e, portanto, não 'é' pura e simplesmente) uma significação que, liberta da interioridade e da superfície naturalizadas, pode ocasionar a proliferação parodística e o jogo subversivo dos significados do gênero. (BUTLER, 2014, p. 59-60, grifos da autora).

E continua afirmando que seu intuito é:

[...] criar problemas de gênero não por meio de estratégias que representem um além utópico, **mas da mobilização, da confusão subversiva e da proliferação precisamente daquelas categorias constitutivas que buscam manter o gênero em seu lugar, a posar como ilusões fundadoras da identidade.** (BUTLER, 2014, p. 60).

Nesse sentido, o que se chama de identidade são efeitos linguísticos que constituem o masculino e o feminino de forma inteligível.

Até aqui questionamos uma identidade trazida do sexo como algo "natural" e do "gênero" como construção cultural. São as normas de gênero que materializam o sexo, mas essa materialização será sempre incompleta, ou seja, exigirá um processo persistente e repetitivo de materialização. Dessa forma, a materialização não é estável, mas instável, portanto, não pode ser essência, natureza, criando um espaço de abertura onde as normas podem se voltar contra si mesmas para questionar seu caráter hegemônico. Sim! O gênero performativamente constituído pode ser deslocado.

Ora, é exatamente a perspectiva de Derrida que permitirá que Butler entenda a performatividade "[...] não como um 'ato' singular e deliberado, senão antes como a

prática reiterativa e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (2002, p. 18, tradução livre). E, por falar em nomeação, pensemos agora na cisgeneridade a partir da transgeneridade como discurso, mas sobretudo, como poder.

DISPUTAS TEÓRICAS: SE NÃO EXISTE O CIS, TAMPOUCO O TRANS

Quantas vezes alguém ao seu lado já perguntou se determinada “mulher”, com todas aquelas “características masculinas”, não seria uma travesti ou uma transexual? Quando você viu alguém apontar para uma mulher e dizer: “aquela cis ali!”? Mas, em contrapartida, provavelmente você já ouviu “aquele gay, aquela travesti” como referência para uma localização qualquer. Mais que isso, quando você ouviu falar sobre cisgeneridade? Que vocábulo tomou conhecimento primeiro: cis ou trans? Em nossas leituras percebemos que autor@s que se reconhecem transexuais e travestis usam com frequência palavras como cis, cisnorma, cisgeneridade, cissexual, dentre outras (por exemplo: Amara MOIRA, 2016, 2017a, 2017b; Megg Rayara Gomes de OLIVEIRA, 2017; Viviane VERGUEIRO, 2015). Grosso modo, Amara Moira afirma que a resposta mais óbvia e redutora que se encontra sobre a cisgeneridade em oposição à transgeneridade é a de que cis “é a pessoa que se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento” (2017b, p. 366).

É preciso esclarecer: há um lado mais radical do feminismo, as chamadas “radfem” ou “TERFs”¹¹, que utilizam a palavra *macho*, pejorativamente, visando excluir o apoio dos homens (inclusive aqueles que agora se autoidentificam como mulheres trans) na luta feminista e, *fêmea* positivamente, para ressaltar um aspecto de pertencimento à cisgeneridade, acabando por deslegitimar a presença de mulheres trans no movimento. Tomando a ideia de “paradoxo¹² da diferença”, proposto por

¹¹“Radfem”, como já esclareci em outra nota, seria a abreviação de “Radicais Feministas” e “TERFs”, vem do inglês *Trans Exclusionary Radical Feminists*, que pode ser traduzido como Feministas Radicais Trans-Excludentes.

¹²Para Scott (2005, p. 14) “Há várias definições do que seja um paradoxo. Na lógica, um paradoxo é uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira ao mesmo tempo. O exemplo clássico é a afirmação do mentiroso: “Eu estou mentindo”. Na Retórica e na Estética, paradoxo é um

Scott, é inegável aqui que estejamos diante de um: na luta por se estabelecerem como *fêmeas*, as feministas radicais acabam por marcar sua diferença sexual “[...] como um fato natural, mas também como uma base ontológica para a diferenciação política e social” (SCOTT, 2005, p. 21), uma postura que foi criticada pelo próprio feminismo e se tornou célebre na famosa frase de Simone de Beauvoir (2009, p. 361): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Bia Pagliarini Bagagli, em um artigo intitulado *Foraclusão do termo cisgênero e a política do significante*, aponta para uma questão importante: o termo cisgeneridade ainda não foi problematizado, está foracluído das discussões, embora o argumento seja bem generalizante, é importante considerar que:

A transgeneridade ainda é um tabu, visto que a própria cisgeneridade é foracluída do discurso. A alteridade encontra-se até hoje barrada pela cadeia de significantes que simboliza o (sexo do) humano. De psicanalistas, historiadores, antropólogos, pesquisadores queer e feministas (cisgêneros): todos eles se encontram sob o guarda-chuva da epistemologia da cisgeneridade, sob o retorno e repetição em torno do Mesmo (cisgênero). (BAGAGLI, 2014, p. [?]).

Talvez porque o encontro com o outro produza uma transformação do si-mesmo – Bagagli não está equivocada quanto à existência de certa foraclusão discursiva da cisgeneridade, mas também não podemos desconsiderar que há, embora poucas, algumas discussões já levantadas. Butler chama a atenção para essa questão da transformação do si-mesmo no encontro com o outro. Segundo ela, os encontros que se vivenciam ao longo da vida, produzindo reconhecimento, “se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do eu que fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era”. Nesse sentido o “eu” é transformado pelo ato de reconhecimento. Nem todo o seu passado é apreendido e conhecido no ato de reconhecimento; o ato altera a organização do passado e seu significado ao mesmo tempo que transforma o presente de quem é reconhecido”. Ou seja: “o encontro com

signo da capacidade de equilibrar, de forma complexa, pensamentos e sentimentos contrários, e, assim, a criatividade poética. O uso comum emprega “paradoxo” para designar uma opinião que desafia a ortodoxia prevalente, que é contrária a opiniões preconcebidas. De certa forma, meus paradoxos compartilham de todos esses significados [...]”.

o outro realiza uma transformação do si-mesmo da qual não há retorno” (BUTLER, 2015a, p. 41).

Carla Rodrigues (2014), por exemplo, escreveu um artigo, que certamente cumpriu sua missão crítica, na medida em que ele mesmo foi criticado, intitulado *O (cis)gênero não existe*. Seu raciocínio é que, se a segunda onda do feminismo havia libertado a mulher de seu destino biológico “era preciso – a rigor, infelizmente, ainda é – reivindicar que o sexo anatômico não pode fundamentar hierarquias sociais, políticas e econômicas”. Nesse sentido, parafraseando Butler que afirma não existir o gênero, enquanto essência, fixidez, também não existe o (cis)gênero. E continua sua crítica às “radfem”:

Uma das características mais importantes do movimento feminista é não ser estabilizável numa única forma política. Feminismo tem a ver com questionamento de subalternidades. Para se afirmar como movimento político, sempre se afirmou plural. A fim de sustentar essa pluralidade, **considero necessária uma crítica contundente às feministas radicais e seus fundamentos biológicos. Acho impossível sustentar uma posição que seja absolutamente contra os homens ou absolutamente a favor das mulheres apenas. É um desserviço à causa da emancipação que, não tendo nascido mulher, não sendo portadoras de ‘vaginas originais de fábrica’, transgêneros devam ser combatidos por serem ‘biologicamente’ homens.** Considero mesmo um retrocesso político execrável que em nome do feminismo se cometa contra transgêneros um tipo de violência igual àquela perpetrada historicamente contra mulheres, a violência da exclusão, da subordinação, da classificação como pessoas de segunda classe. Para as ‘radfem’, se o feminismo é uma luta contra o patriarcado, e se o patriarcado está obrigatoriamente encarnado nos homens, então a luta deve ser contra os homens biológicos, não importa como eles se apresentem socialmente. Tudo se passa como se o século XX não tivesse a marca de um debate fundamental contra a fundamentação biológica dos sexos e contra uma forma dualista de perceber as diferenças sexuais. **Se não mais opositivas, essas diferenças nem podem se afirmar em função da anatomia – portadores de pênis de um lado, donas de vagina, de outro – nem em função de identidade.** (RODRIGUES, 2014, p. [?], grifos meus).

Apesar dos questionamentos levantados pel@s leitor@s nas páginas do Geledés, de onde o texto foi publicado, Lázaro Barbosa (2014) chama atenção para a inconsistência das mesmas pela falta de diálogo teórico com Carla Rodrigues.

Segundo ele, a única crítica que fez sentido foi a de Amara Moira, a qual transcrevo abaixo:

Ai, esse texto é super complicado. Bate nas TERFs, na transfobia, mas diz que o “cis” da questão não existe... o curioso é que o “trans” existe, e ela fala com toda a tranquilidade do mundo das pessoas transgênero o tempo todo. Não existir cis quer dizer que não existe trans? Pq [sic] se não existe trans, olha, tou [sic] vendo um monte de assombração que me discrimina por uma condição que sequer existe. **E discordo frontalmente da maneira como a autora manipula o conceito de “cisgênero”: não se trata de igualar sexo biológico e gênero, o conceito busca, isso sim, apontar para o fato de que qdo [sic] nascemos recebemos uma designação, essa designação por sua vez contém um desígnio, e a forma como a pessoa vem a se compreender está plenamente contemplada nesse desígnio.** Ou seja, trata-se de ter recebido uma designação arbitrária ao nascer e, no decurso da vida, se identificar da maneira como aquela designação previa, o q [sic] proporciona à pessoa um sem-número de privilégios (em relação àquela que não se conformou com esse desígnio). (BARBOSA, 2014, p. [?], grifos meus).

É inegável que uma pessoa que se reconhece na identificação inteligível do ponto de vista cultural onde ocorreu seu nascimento, gozará de privilégios em detrimento daquel@s que não se reconhecem. Porém, esse desígnio não é uma sentença. É necessário pensar a questão da “[...] agência humana [que] é controlada pelos poderes presentes nas relações sociais desiguais que limitam a possibilidade de resistência, mas isso não significa que este limite não possa ser ultrapassado” (Amanda Oliveira RABELO, 2010, p. 168).

O que muit@s leitor@s talvez não tenham percebido no artigo de Rodrigues é que o cis é utilizado como metáfora e que, à moda de Gayatri Spivak (2010), no questionamento acerca da possibilidade de fala d@ subaltern@, primeiro responde que não, para em seguida, sendo ela mesma reconhecida no meio acadêmico, a partir do prefácio que abre a tradução para o inglês da obra *Gramatologia* de Derrida, responder performaticamente que sim¹³. Sim! @ subaltern@ pode falar, embora haja

¹³ Segundo Gayatri Chakravort Spivak, observa Sandra Regina Goulart Almeida, “a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a)” (ALMEIDA, 2012, p. 16).

inúmeras tentativas para silenciá-las, inclusive dentro dos espaços intelectuais que podem atuar, consciente ou inconscientemente, a favor da dominação do subalterno, mantendo-o em silêncio, sem lhe dar um espaço ou uma posição de onde possa falar. O subalterno para Spivak (2010) não é uma categoria monolítica, onde se presume uma identidade e uma consciência unitária, por isso: sim, o cis existe! Não como subalterno, mas como alguém que o subalterno nomeou e é importante e necessário desestabilizá-lo, pois não há a

adequação perfeita entre sexo e gênero, o que se pretende nomear como 'cisgênero'. Cis - do latim, do mesmo lado - é a denominação para aquele cuja identidade de gênero equivale ao seu corpo biológico, numa expectativa de ajuste que muitas correntes do feminismo, entre as quais me incluo, não aceitam. **Gênero é uma construção social a partir da qual não se pode evocar uma ideia de normalidade ou adequação, não há como ser 'a' mulher ou 'o' homem que corresponda a um modelo adequado de gênero. Há desvios, desejos, singularidades, equívocos. Depois de tantos anos lutando contra a distinção binária masculino/feminino, construída como hierárquica e dicotômica, não faz sentido erguer um novo par opositivo - cisgênero/transgênero - para sustentar exclusões, como se a uma pessoa fosse perfeitamente possível estar 'de acordo' com seu sexo e com as expectativas das convenções sociais. (RODRIGUES, 2014, p. [?], grifos meus).**

De fato, não faz qualquer sentido colocar cis e trans como pares de oposição, mas também aqui é preciso retornarmos à ideia de paradoxo, pois a apropriação de formas de tratamento carregadas de estratégias de abjeção, dispensadas a grupos considerados minoritários - como no caso dos xingamentos de homossexuais, tal qual queer - podem ser utilizadas de forma irônica, para utilizar uma ideia de Scott, na medida em que embora ela seja "[...] um comentário sobre a futilidade de se separar o positivo e o negativo, a afirmação e a difamação" para além disso, ela também é "[...] é um meio de lidar com o fato de que o grupo ao qual se é relegado se torna, para fins de diferenciação social e de contestação política, o grupo de nossa identificação afirmativa" (SCOTT, 2005, p. 21-2).

Quando Butler afirma que o gênero não existe, ela não deixa de utilizar a palavra para reatualizar o seu uso a partir das problematizações e desconstruções

dele. Assim, quem sabe seja necessário parar de pensar no trans pelo cis e começar a questionar, como fez Amara Moira em um de seus artigos, *O cis pelo trans*. Nele, ela chama atenção para o fato de que, tanto um termo quanto outro, são metáforas:

Cis, trans: antes de tudo metáforas. Cisjordânia, região que margeia o Rio Jordão. Cisplatina, antigo nome do Uruguai, região que ocupa um dos lados do Rio da Prata. Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico. Cisalpino, transalpino. [...] Metáforas, sempre metáforas. Aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa e aquilo que permanece sempre dum mesmo lado, que margeia, que não cruza, que deixa de cruzar, tudo em função duma dada linha. É possível imaginarmos a utilização de um desses termos sem, de pronto, nos referirmos ao outro? É partindo dessa pergunta retórica que ousou afirmar que o discurso médico, ao nomear como 'trans' a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como 'cis', cabendo-nos apenas pensar formas de fazer com que as duas imagens propostas nessa metáfora, aquilo-que-cruza e aquilo-que-deixa-de-cruzar, se traduzam em sentidos mais palpáveis. (MOIRA, 2017b, p. 365).

Não é mais possível simplesmente desconsiderar a existência cultural e discursiva da palavra cis, pois ao se abolir esse termo sem problematizá-lo, pode ser que se acabe por viver em um “[...] mundo sem ciscigênero [...] [mas também] na terrível normalidade compulsória por trás da ausência de um nome. Há muito mais que opressão por trás dos termos cis. Eles são a chave para a partilha e a expansão de nossas vivências na alteridade” (Leila DUMARESK, 2014, p. [?]).

Não queremos criar uma dicotomia entre pessoas cis e pessoas trans* e sim evidenciar o caráter ilusório da naturalidade da categoria cis. [...] Ser cis é uma condição principalmente política (mas não só). A pessoa que é percebida como cis e mantém status cis em documentos oficiais não é passível de análise patologizante e nem precisa ter seu gênero legitimado. Ora homens são homens, mulheres são mulheres e trans* são trans* correto? Não. Historicamente, a ciência criou as identidades trans* (e por isso já nasceram marginalizadas), mas não criou nenhum termo para as identidades 'naturais'. É por isso que a adoção do termo cis denuncia esse **status** natural. [...] A naturalização das identidades cis produz privilégios. Esses privilégios são diretamente percebidos na medida em que, como dito, pessoas cis não precisam ter sua identidade legitimada pela ciência; tampouco estão classificadas como doentes mentais em documentos médicos;

não sofrem privações jurídicas de existência em documentos oficiais; não sofrem violência transfóbica e cissexista; não precisam dar explicações sobre suas identidades; não são vistas como pervertidas e nem tem sua sexualidade confundida com seu gênero.(Hailey KAAS, 2017, p. [?], grifos da autora).

Dessa forma, é possível pensar que talvez cis precise ser desconstruído, ressignificado, tal qual foi o queer no final dos anos de 1980 por determinados grupos identificados como minorias sexuais e apropriado acadêmica e politicamente (COLLING, 2015). Será que poderemos tod@s nos autoidentificar como trans, subvertendo, assim como no caso do queer, a perspectiva inicial da palavra? É preciso pensar sobre essa e outras possibilidades, antes simplesmente de aceitá-las ou refutá-las e, talvez seja preciso admitir ao final que não há uma única resposta a ser dada.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

Há diferentes critérios para a classificação das pesquisas. Segundo Gil (2010, p. 25) esse processo é fundamental, pois “à medida que se dispõe de um sistema de classificação, torna-se possível reconhecer as semelhanças e diferenças entre as diversas modalidades de pesquisa”.

Neste sentido, o exercício teórico-analítico aqui realizado, embora tenha levantado aspectos socioeconômicos da amostra, em um primeiro momento, constitui-se essencialmente, quanto à natureza dos dados, como uma pesquisa qualitativa, já que nosso percurso analítico se desenvolveu a partir da Análise de Discurso foucaultiana.

Localizado no bairro da Cidade Operária, nas adjacências da Universidade Estadual do Maranhão, o Centro de Ensino Paulo VI foi escolhida como local de estudo porque uma das autoras era estudante de graduação dessa Universidade.

À época da pesquisa, realizada entre os meses de maio a junho de 2019, a escola possuía turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio durante os turnos matutino, vespertino e noturno, incluindo, neste último, a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Contava com 85 professor@s, 30 administrativ@s, 17 servidor@s afastad@s e 09 terceirizad@s. Havia ainda 26 turmas e 972 alun@s matriculad@s, sendo 471 do sexo/gênero masculino e 501 do sexo/gênero feminino, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. No caso do 3º ano existiam quatro turmas do matutino, três do vespertino e uma do noturno. No turno da noite trabalhavam 19 docentes em 03 turmas (1º, 2º e 3º anos) com um total de 125 alun@s, sendo 80 do sexo/gênero masculino e 45 do sexo/gênero feminino, 09 pessoas no administrativo e duas terceirizadas.

Na pesquisa, restringimo-nos à comunidade escolar do turno noturno, escolhendo apenas a única turma de 3º ano. Partimos do pressuposto de que discentes frequentador@s da escola nesse horário são, geralmente, adult@s que não conseguiram concluir seus estudos no período regular, empregad@s doméstic@s que só conseguem estudar à noite, trabalhador@es de postos socialmente subalternizados, dentre outr@s. Ou seja, já que para Foucault (2007, p. 136) o discurso é “[...] um bem que coloca, [...], desde a sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política”, este funcionaria a partir de procedimentos de exclusão e interdição, com maior ênfase em um grupo já selecionado e posto à parte dos processos educativos concebidos como regulares.

Ao todo foram aplicados 43 questionários, sendo 07 com administrativ@s e terceirizad@s, 07 com professor@s e 29 com alun@s da turma noturna do 3º ano, sendo 09 mulheres e 20 homens.

Nosso instrumento de coleta de dados foi o questionário, definido segundo Antonio Carlos Gil (2010, p. 102) como “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. Nele havia questões fechadas – relacionadas ao perfil socioeconômico d@s entrevistad@s – e abertas, elaboradas a partir dos objetivos específicos da pesquisa (GIL, 2010) que pretendiam: investigar os discursos da comunidade escolar sobre o tema transexualidade; entender como a perspectiva heteronormativa da escola contribuía para que as ideias sobre diversidade sexual fossem apresentadas de forma preconceituosa ou não e;

problematizar a transexualidade e a desconstrução de seus preconceitos no ambiente e escolar. As perguntas abertas foram diferenciadas para cada grupo da comunidade.

A aceitação em participar da pesquisa estava condicionada à prévia leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) realizada pel@s pesquisador@s e pela concordância d@s pesquisad@s. Além da leitura do TCLE que continha os objetivos da pesquisa, também foi ressaltada a informação de que não havia obrigatoriedade em responder ao instrumento, produzindo um consentimento verbal daquel@s que aceitavam participar.

Todo o processo de resposta foi acompanhado pel@ aplicador@, a fim de sanar possíveis dúvidas ao longo do preenchimento. Consideramos importante ressaltar que, inspirad@s por Roberto Cardoso de Oliveira (2004), consideramos haver diferenças entre pesquisas *em* seres humanos e *com* seres humanos. Em nosso caso, trabalhamos *com* e não *em*, negociando e interagindo com *pessoas*, não simplesmente com *seres humanos*¹⁴. Por isso, não submetemos esse trabalho à Plataforma Brasil, optando por trabalhar com o *método do consenso* tal qual apresentado por Luiz Felipe Zago e Luís Henrique dos Santos (2011, p. 46, grifos nossos). Para eles, este consiste em que:

o/a pesquisado/a possa 'consentir livre e esclarecidamente' a participar da pesquisa ou a deixá-la em qualquer momento; **que negocie com o/a pesquisador/a as perguntas feitas e as respostas dadas**; que o pesquisado/a possa também fazer perguntas ao pesquisador/a e, talvez, pedir informações sobre a perspectiva teórica adotada na análise dos dados. Sobretudo, o método do consenso, [...], **é um método em que a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a é construída principalmente em referência ao contexto no qual se desenvolve a pesquisa (seu objeto, os dados produzidos, a abordagem teórica das análises), e não somente em relação estrita a um conjunto de normas e regras prévia, externa e burocraticamente imposto**, que enrijece e cristaliza os lugares, direitos e deveres tanto do/a pesquisado/a quanto do/a pesquisador/a.

¹⁴Para maiores detalhes sobre a discussão sugerimos a leitura dos artigos de Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Carlos Caroso e Guita Grin Debert, publicados na coletânea de artigos *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil* (2004) e de Eduardo MacRae e Sérgio Souza Vidal (2006).

Para uma melhor diferenciação, foram identificad@s por meio da letra “F” @s funcionári@s do setor administrativo, terceirizad@s e professor@s e @s alun@s através da letra A, ambos enumerados quando necessário.

EXERGANDO APAGAMENTOS E DISPUTAS EM TORNO DA CISGENERIDADE E DA TRANSGENERIDADE NA ESCOLA PAULO VI

Na *Arqueologia do saber*, Foucault afirma que é preciso deixar em suspenso os discursos naturalizados no mundo social, na medida em que eles são mais que signos e “[...] é esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. E esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2008, p. 55). Nesse sentido, o autor propõe que se faça uma arqueologia e, para demonstrá-la, indica alguns de seus princípios:

1. **A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras.** Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja capacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: **não busca um ‘outro discurso’ mais oculto. Recusa-se a ser ‘alegórica’.**
2. [...] O problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; **mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro;** segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los. Ela não vai, em progressão lenta, do campo confuso da opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência; não é uma ‘doxologia, mas **uma análise diferencial das modalidades do discurso.**
3. A arqueologia não é ordenada pela figura soberana da obra; não busca compreender o momento em que esta se destacou do horizonte anônimo. Não quer reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se invertem um no outro. [...].
4. Finalmente, a arqueologia não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso; [...]. Em outras palavras, não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua

própria identidade. Não pretende se apagar na modéstia ambígua de uma leitura que deixaria voltar, em sua pureza, a luz longínqua, precária, quase extinta da origem. Não é nada além e nada diferente de uma reescrita: isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto (FOUCAULT, 2008, p. 157-8, grifos do autor em itálico, grifos nosso em negrito).

É, portanto, como discurso-objeto que nos propomos a trabalhar analiticamente, as respostas abertas contidas nos questionários. Tomamos os procedimentos de controle e delimitação apresentados pelo autor. No exterior dos discursos há procedimentos de exclusão, e o mais familiar, segundo Foucault é o de *interdição*, que controla o que pode ser dito, quem pode dizer e em que circunstâncias. A interdição chama a atenção para o fato de que “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem, revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2007, p. 10).

Não é à toa que tanto alunos quanto funcionários interditam discursos acerca da sexualidade na escola, definindo que pode falar, como pode e a quem se deve referir:

“Como ciência sim (abordagens científicas) sem pendências à filosofia de vida ou comportamento de quem trata do assunto.” (F2)

“Sim. Quando os estudantes estão no Ensino Médio.” (F3)

“Não! Em todas as escolas que eu já passei a transexualidade nunca foi abordada. Ainda mais por causa do preconceito muito grande.” (A1)

“Sim, mas somente para pessoas maiores “13 anos”.” (A10)

“Não acredito que o ambiente escolar é apropriado para essas questões que abordam a sexualidade.” (A12)

O segundo procedimento da exclusão é exercido pela *separação* e *rejeição*. Foucault utiliza o exemplo do “louco” que não tinha direito ao discurso desde a Idade Média. Somente no final do século XVIII ele passa a ser “ouvido”, mas precisa da mediação simbólica da arte ou de profissionais legitimados, o que de forma alguma supera o segundo procedimento, pelo contrário, o reitera na medida em que

“[...] a separação, longe de estar apagada, se exerce de outro modo, seguindo linhas distintas, por meio de novas instituições e com efeitos que não são de modo algum os mesmos. [...] é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce” (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Para além das perguntas respondidas, F3 e F11 relataram a existência de um@ alun@ trans, que na percepção de amb@s, não sofria preconceito da turma. F3 acreditava que @ alun@ havia sido transferid@ do diurno para onoturno, mas não ficou por muito tempo na escola. F11 não soube dizer se @ alun@ que mencionava era @ mesm@ cidad@ por F3. Nem F3, nem F11 sabiam o motivo da evasão, ainda assim, F3 alegou “motivos pessoais”. Estaria esse desconhecimento amparado pelo procedimento de separação e rejeição? Afinal, como salienta Foucault “Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece” (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Os discursos sobre a transexualidade são rejeitados e separados na escola, a partir do amplo desconhecimento sobre os termos cisgênero, transgênero e travesti. Se por um lado a maioria nunca tinha ouvido falar em cisgênero, por outro, a confusão se estabeleceu quando questionamos se havia diferença entre transexualidade e travestilidade:

“Acho o mesmo significado, apenas serve para complicar (mas são termos). Transexualidade: não se aceita com o seu sexo. Travestilidade: já são as pessoas que se aceitam?” (F8)

“Transexualidade: gostar do mesmo sexo. Travestilidade: não sei.” (A4)

“Transexualidade: é uma pessoa que se identifica com outro sexo. Travestilidade: não entendo sobre esse assunto.” (A6, grifos nossos)

“Transexualidade é a pessoa que não aceita seu corpo fazendo uma série de procedimentos. Travestilidade é no caso um homem se aceitar como um travesti homem sem ter alterações fisicamente.” (A8, grifos nossos)

“Sim, transexualidade é uma pessoa que não aceita seu ‘sexo’. E travestilidade é um ser humano que aceita o que é.” (A10)

Se a lesbianidade e a bissexualidade foram historicamente invisibilizadas, o que dizer das travestilidades e d@s transexualidades. Até idos de 1960, as travestis estavam subsumidas aos homossexuais. Muitas inclusive costumavam se tratar por

“bicha”, “viado”¹⁵, como forma de ressaltar sua homorientação. Claro está que uma observação tão generalista não contempla a singularidade de múltiplas realidades. Atualmente mulheres lidas socialmente como trans, também podem assumir uma identidade travesti como forma de lutar politicamente pela visibilidade e inserção desses grupos em toda a sociedade, como Luma Andrade, primeira travesti brasileira a doutorar-se em 2012, na área de educação, em Fortaleza, Ceará. Na autobiografia de Amara Moira, se destaca o registro de que a sociedade heteronormativa lhe atribuiu o papel de puta ao decidir que este é o lugar que cabe às travestis. Amara se descobre travesti e puta enquanto tenta descobrir o que é ser mulher, entre tantas outras questões que sua narrativa apresenta: “Sou **tratada igual puta bem antes de me assumir puta**, quase uma tatuagem na testa: **bastou me verem travesti** e já começa o assédio, assédio do qual nunca tive notícia enquanto posava de homem” (MOIRA, 2016, p. 33, grifos meus).

A palavra “aceitar” dita em quase todas as falas da comunidade escolar citadas acima, nos levam ao terceiro procedimento exterior: a vontade da verdade, que se opera no caso das pessoas trans como uma lógica de “normalização” do seu corpo, entrando em cena o saber médico e os procedimentos hormonais e cirúrgicos que levam a um redesignação do sexo (natural).

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. **E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade [...]** (FOUCAULT, 2007b, p. 20, grifos nossos).

E, continua Foucault (2007, p. 20), é “[...] lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura”, em nosso caso, a transexualidade.

¹⁵Embora a grafia correta da palavra, para se referir ao animal seja “veado”, utilizaremos “viado” até como forma de diferenciação entre a nomeação do animal e do humano.

Se como procedimentos externos temos a interdição, separação e rejeição e, finalmente a vontade de verdade, que apesar de independentes e exercidos fora dos discursos, impõem limites à sua circulação, no interior dos discursos encontramos outros procedimentos, são eles: o comentário, o autor (como princípio de agrupamento do discurso) e as disciplinas. E, quase que em uma provocação argumenta, para que não haja dúvidas de que esses procedimentos estão ligados ao poder:

Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, a multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva (FOUCAULT, 2007, p. 36).

No comentário há um “desnível solidário” entre o primeiro e o segundo texto, mais especificamente, o comentário quer “[...] dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 25). Cremos, que o diálogo que vivenciamos, exemplifica isso:

“- Quer dizer que tu és sapatão?” (pesquisad@ que se recusou a responder o questionário, para pesquisad@ que estava respondendo, após a explicação do termo cisgênero).
“-Não! Eu não sou sapatão não. Gosto de menino...”

Como vimos acima, o comentário teve a capacidade de transformar o que foi dito de maneira quase aleatória, em parte constituinte do próprio discurso.

Foucault considera que esse processo interno é complementado por outro procedimento: o do autor como princípio de agrupamento discursivo. Ou seja, se “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2007, p. 29, grifos do autor). É o que encontramos, por exemplo, na omissão ou recusa

de um@ funcionári@ em responder ao questionário, que afirmou: “*minha disciplina não é importante pro teu trabalho*”. Também um aluno ao ser esclarecido os termos transgênero e cisgênero, falou em alto e bom som: “*eu sou MUITO homem*”.

As disciplinas também são um princípio de limitação interna. Para o autor elas se constituem como um “princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2007, p. 36). Assim é que, quando questionad@s como a escola trabalha ou pretende trabalhar a temática da transexualidade, F2 e F3 respondem:

*“A escola segue as diretrizes curriculares da Secretaria Estadual de Educação e que, portanto, os temas serão abordados dentro das **disciplinas cabíveis**.”* (F2, grifos nossos).

*“Não existe um trabalho específico ou pretensão **até o momento** para realizá-lo. Porém, poderá sim ser uma demanda a ser desenvolvida no ambiente escolar.”* (F3, grifos nossos).

Discentes são bem mais objetivos ao relatarem que já discutiram a temática a partir de palestras ou de uma disciplina específica:

“[...] Na disciplina de Sociologia, ano passado, a professora estava comentando sobre respeitar as escolhas sexuais de todos os LGBTs.” (A7)

“Sim, através de palestras, assuntos na disciplina [de Sociologia].” (A18)

Finalmente, há um último grupo limitador do discurso: a rarefação (“dos sujeitos que falam”), ou seja: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Mais que isso “[...] nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes) [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 37). É o que parecem dizer A1 e F1 quando chamam atenção para a necessidade de se discutir a temática na escola, já que o discurso não é autorizado a todos e o preconceito impera:

“[...] ainda existem muitos preconceitos e às vezes existem garotos e garotas que querem se assumir, mas por motivo de falta de diálogos, eles se travem e esse tipo de debate nas escolas seria uma força a mais.” (F1)

“A maioria dos meus amigos, e eu sou bissexual. Eu procuro ficar mais próxima deles, porque não é fácil conviver com pessoas preconceituosas. [...] Pelo fato de eu não ser assumida acaba me prejudicando muito e as pessoas que sabem às vezes fazem piadas de mau gosto.” (A1)

Que bom que Foucault não nos deixa sem esperanças. Segundo ele, onde há poder, há resistência. Dito de outra forma, as resistências são como possibilidades de abrir espaços de luta e de transformação, pois:

[...] são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se em nossas relações como o interlocutor irreduzível [...]. Da mesma forma que a rede de relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades de resistência [...]. (FOUCAULT, 2014b, p. 104).

Assim, o poder não se constitui como uma propriedade e sim como relações de forças; não como uma fonte do poder, mas como a circulação de uma microfísica do poder; não se pode cristalizá-lo à noção dicotômica dominador-dominado, pois há em todas as relações, de acordo com a história, o pensamento, os valores, os sentidos de cada grupo. A partir dessa perspectiva, como se pode existir, resistindo?

À GUIA DE CONCLUSÃO OU COMO SE PODE RESISTIR EXISTINDO A PARTIR DA LUTA POR IDENTIDADES POLÍTICAS

Finalizamos aqui lembrando que discurso é poder, mas poder produz resistência. Dessa forma, retomamos uma questão proposta por Joan Scott (2005, p. 13): “Seria qualquer categoria grande o suficiente para abarcar os diferentes tipos de pessoas que inclui?”. A partir dessa questão, ela considera a existência de três

paradoxos¹⁶, justificando sua escolha por esta palavra por reconhecer “[...] ser uma tendência generalizada [a] de polarizar o debate pela insistência de optar por isso ou aquilo” (SCOTT, 2005, p. 14). Ela, ao contrário - e é nessa posição que nos encontramos - acredita que **“igualdade e diferença não são opostas, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão**. As tensões [...] necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 14, grifos nossos).

Assim, as identidades hoje, no contexto histórico em que nos encontramos, não podem mais ser entendidas como “entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais”, mais que isso “[...] a identidade é um processo complexo e contingente, suscetível a transformações. Elas também subentendem que política é a negociação de identidades e dos termos de diferença entre elas” (SCOTT, 2005, p. 29).

Por isso é preciso pensar aqui que não há soluções, apenas instabilidades, paradoxos, e, são eles, de alguma forma, “[...] o próprio material a partir dos quais políticas são construídas e a história é feita” (SCOTT, 2005, p. 39).

Parece-nos que a ideia de errância que é apresentada por Barthes nos *Fragmentos de um Discurso Amoroso* (2007) também leva à instabilidade das nossas vivências. Segundo ele:

Apesar de que todo amor é vivido como o único e que o sujeito rejeite a idéia [sic] de repeti-lo mais tarde em outro lugar, às vezes ele surpreende em si mesmo uma espécie de difusão do desejo amoroso; ele compreende então que está destinado a errar até a morte, de amor em amor. [...] Esse fenômeno resulta de um imperativo do discurso amoroso: não posso eu mesmo (sujeito enamorado) constituir até o fim minha história de amor: sou seu poeta (o recitante) apenas quanto ao começo; **o fim dessa história, assim como minha própria morte, pertence aos outros**; a eles cabe escrever esse romance, narrativa exterior, mítica. (p. 143-4).

¹⁶Os três paradoxos são: “1. A igualdade é um princípio absoluto e uma prática e historicamente contingente. 2. Identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade. 3. Reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída e pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão” (SCOTT, 2005, p. 15).

Ora, se o fim da nossa história pertence aos outros, retornamos a Butler (2015b, p. 241) que afirma que “as condições sociais da minha existência nunca são completamente determinadas por mim”, assim cada um de nós está “condenado” a viver na errância, no trânsito, na constatação de que há uma precariedade que atravessa a tod@s e nos incita à alteridade, na medida em que “somos precariedade compartilhada” (BUTLER, 2015b, p. 256).

Talvez por isso ela indague acerca da possibilidade de que “talvez possamos repensar a liberdade [...] como uma condição de solidariedade entre minorias, e **perceber como é necessário formular políticas sexuais no contexto de uma crítica incisiva da guerra**” (BUTLER, 2015b, p. 196). Quem sabe o uso do cis pelo trans e o reconhecimento de que não há uma identidade ontológica, mas trânsitos identitários, seja um caminho – dentre tantos outros – para essa crítica incisiva que Butler nos convida a fazer da guerra, a partir do reconhecimento de que a precariedade da vida pertence a tod@s nós e que a escola é um espaço por excelência para nos educar e nos ensinar os caminhos da liberdade e da alteridade... Que sabe essas sejam as únicas possibilidades de resistência no conteúdo atual!

REFERÊNCIAS

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

BAGAGLI, Bia Pagliarini. Foraclusão do termo cisgênero e a política do significante. **Transfeminismo**, 28 set. 2014. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/foraclusaodo-nome-cisgenero-e-a-politica-do-significante/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BARBOSA, Lázaro. Sobre TERFs, transfobia e imprecisões conceituais: considerações sobre um texto de Carla Rodrigues. **Carta Potiguar**, 14 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2014/12/14/sobre-terfstransfobia-e-impresicoes-conceituais-consideracoessobre-um-texto-de-carla-rodrigues/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BARRETO, Marcelo Menna. Avanços, equívocos e retrocessos nas lutas identitárias. **Extra Classe**, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/10/avancos-equivocos-e-retrocessos-nas-lutas-identitarias/>. Acesso em: 16 out. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v. 935p.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. 2. ed. São Paulo: Braziliense, 2012, Coleção Primeiros Passos. 223p.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 251p.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a. 198p.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b. 288p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, p. 95-126, 2009.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002. 345p.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-167. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

CAROSO, Carlos. A imagem e a ética na encruzilhada das ciências. In: VÍCTORIA, Ceres et al. (Orgs.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói/RJ: EdUFF, 2004, p. 137-150.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam normais**: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*. Salvador: Edufba, 2015. 268p.

DEBERT, Guita Grin. Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica. In: VÍCTORIA, Ceres et al. (Orgs.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói/RJ: EdUFF, 2004, p. 45-54.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc.** Evanston/IL: NorthwesternUniversity Press, 1988. 160p.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva/Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. 386p.

DUMARESK, Leila. O cisgênero existe. **Transliteração**, 15 dez. 2014. Disponível: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a. 431p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber.** v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2014b. 175p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 41. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. 291p.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 236p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 79p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

KAAS, Hailey. “O que são pessoas cis e cissexismo?” **Diversidade**, 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/tag/hailey-kaas/>>. Acesso em 19 abr. 2018.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MACRAE, Edward; VIDAL, Sérgio Souza. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas, **Rev. Antropol.**, São Paulo, v.49, n. 2, p. 645-66, jul./dez. 2006.

MOIRA, Amara. Destino amargo. In: MOIRA, Amara *et al.* **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social.** Bauru/SP: Astral Cultural, 2017a, p. 17-55.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis/SC, v. 25, n. 1, p. 365-73, jan./abr. 2017b.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016. 216p.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Pesquisa *em versus* pesquisa *com* seres humanos. In: VÍCTORIA, Ceres et al. (Orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói/RJ: EdUFF, 2004, p. 33-44.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:(r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba: Prismas, 2017. 263p.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009. 262p.

RABELO, Amanda Oliveira. Contribuições dos estudos de gênero às investigações que enfocam a masculinidade. *Ex aequo*, Portugal, n. 21, p. 161-176, 2010.

RODRIGUES, Carla. O (cis)gênero não existe. *Geledés*, 14 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SÁES, Xavier. **Teoría Queer e psicanálisis**. Madrid: Síntesis, 2004. 224p.

SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiência trans. *Em pauta*, Rio de Janeiro, v.9, n. 28, p.117-130, dez. 2011.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SOUZA, Fábio Feltrin de; BENETTI, Fernando José. Historiografando a abjeção: uma arqueologia dos Estudos Queer no Brasil (1990 – 2000). *Contemporâneos: revista de Artes e Humanidades*, n. 12, nov./abr., 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravort. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 174p.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. 244 f. Dissertação de Mestrado, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – UFBA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em: 10 fev. 2017.

ZAGO, Luiz Felipe; SANTOS, Luís Henrique S. dos. Corpo, gênero e sexualidades gays na corda bamba ético-metodológica: um percurso possível de pesquisa na internet, **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal**, v. 12, n.2, p. 39-56, jul./dez. 2011.